

ACESSO À REPRODUÇÃO ASSISTIDA NO SUS: DESAFIOS, DESIGUALDADES E PERSPECTIVAS BIOÉTICAS

Autoras(es): PEDROSA, Matheus Trindade¹; CANTO, Ana Luiza Navarro da Silva¹; ALMEIDA, Júlia Zeferino Duarte de¹, MOURA, Mariana Siqueira¹.

Orientadora: Prof.^a Aluana Rezende Pérola²

¹Discente Centro Universitário de Belo Horizonte

²Docente do Centro Universitário de Belo Horizonte

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde, Reprodução Assistida, Infertilidade, Políticas de Saúde, SUS

Introdução

A infertilidade é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como um problema global de saúde pública e um desafio crescente para os sistemas universais de saúde. No Brasil, embora o direito ao planejamento familiar e à reprodução assistida seja garantido constitucionalmente, o acesso aos tratamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) permanece restrito, marcado por desigualdades regionais, longas filas de espera e custos indiretos elevados. Diante desse cenário, o presente estudo — em fase de revisão de escopo e aguardando aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa — busca mapear as evidências sobre o acesso à reprodução assistida no contexto do SUS, identificando barreiras estruturais, socioeconômicas e bioéticas que impactam a efetivação do direito reprodutivo.

Método

Trata-se de uma revisão de escopo conduzida segundo as diretrizes do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR). As buscas foram realizadas nas bases PubMed, LILACS e Cochrane Library, entre março e setembro de 2025. Utilizaram-se os descritores: (“Assisted Reproductive Techniques” OR “Assisted Reproduction”) AND (“Infertility”) AND (“Health Policy” OR “Public Health”) AND (“Brazil” OR “Unified Health System” OR “SUS”). Foram incluídos estudos publicados entre 2012 e 2024, em português, inglês e espanhol, que abordassem a infertilidade e o acesso às técnicas de reprodução assistida no contexto de sistemas públicos de saúde, especialmente o SUS. Excluíram-se relatos de caso, revisões narrativas e estudos sem relação com políticas públicas ou acesso ao tratamento. Os resultados foram organizados em categorias temáticas — acesso e desigualdade, políticas públicas e princípios bioéticos — e analisados de forma descritiva e comparativa, buscando compreender as barreiras estruturais, socioeconômicas e éticas associadas à oferta de reprodução assistida no Brasil.

Resultados e Discussão

Os estudos convergem ao reconhecer a infertilidade como condição de saúde e direito reprodutivo, cuja garantia ainda enfrenta desigualdades significativas no acesso aos tratamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (OLIVEIRA; BUSSINGUER, 2024). As evidências apontam barreiras socioeconômicas e geográficas, com escassez de centros públicos, custos elevados e longas filas de espera, restringindo o atendimento às classes mais favorecidas. Além dos fatores estruturais, observam-se impactos psicossociais e de gênero, como ansiedade, estigma e sobrecarga emocional entre as mulheres (GHORBANI et al., 2024). Em

escala global, estudos indicam o crescimento da infertilidade e a necessidade de políticas públicas e dados epidemiológicos mais consistentes.

Conclusões

A infertilidade é, de fato, um problema de saúde pública global e um direito reprodutivo que exige atenção imediata. No Brasil, contudo, o acesso à reprodução assistida é marcado por uma profunda desigualdade — uma falha na justiça distributiva — causada, principalmente, pelo alto custo financeiro dos tratamentos, o que restringe o acesso majoritariamente a grupos sociais mais privilegiados. Para superar essa barreira e garantir o direito ao planejamento familiar a todos, o envolvimento do Estado e do SUS é crucial, devendo focar na adoção de protocolos mais acessíveis e custo-efetivos, além de investir na prevenção através de programas de estilo de vida saudável para otimizar a fertilidade e assegurar um acesso equitativo e integral

Referências

OLIVEIRA, Magali Gláucia Fávaro de; BUSSINGUER, Elda. Infertilidade: Sistema Único de Saúde e o direito fundamental ao planejamento familiar. *Revista Bioética*, Brasília, v. 32, e3777PT, p. 1–11, 2024.

GHORBANI, Maryam; HOSSEINI, Fatemeh Sadat; YUNESIAN, Masud; KERAMAT, Afsaneh. Dropout of infertility treatments and related factors among infertile couples. *Reproductive Health*, v. 17, n. 192, p. 1–6, 2020.

OPPENHEIMER, D. et al. A busca pelo princípio da justiça para casais inférteis: caracterização da população brasileira e discussão bioética. *BMC Ética Médica*, 2023.

OPPENHEIMER, D. et al. Acesso ao tratamento da infertilidade no Brasil: validação de um questionário para discussão bioética. *Saúde Reprodutiva*, 2023.

FENF, J. et al. (2025): "Características epidemiológicas da infertilidade, 1990-2021 e previsões de 15 anos: uma análise baseada no estudo global de carga de doenças de 2021."

MASCARENHAS, M. N. et al. (2012): "Tendências nacionais, regionais e globais na prevalência de infertilidade desde 1990: uma análise sistemática de 277 pesquisas de saúde."